



Do rei ao presidente: a importância da imagem na vida política¹

Marcela CAMPOREZ²

Janaina Frechiani Lara LEITE³

Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, ES

RESUMO

O trabalho em questão discute a necessidade da representação como estratégia de persuasão política usada desde o tempo das grandes monarquias até a atualidade. Por meio da análise de teóricos como Balandier (1999) e Burke (1994) foi possível perceber o uso constante do meio político como palco teatral para exibição de um estilo de vida. Mesmo não necessitando do consentimento da sociedade, os reis usavam a imagem para conquistar a simpatia, e ao mesmo tempo a lealdade do povo. Com a transição de diversos países para o governo democrático, o uso da imagem se faz mais presente em cada eleição, já que a legitimação do poder encontra-se atada ao voto. Os candidatos políticos precisam hoje desempenhar papéis e criar personagens atrativos aos eleitores, como já faziam os monarcas há algum tempo.

PALAVRAS-CHAVE: imagem, persuasão, estratégia, teatro, política.

Introdução

A inquietação humana, assim como a capacidade de se organizar e de se comunicar, são características inatas da espécie, porém, apesar de todas as transformações ocorridas um fator que perdura desde a antiguidade são os conflitos em volta das relações de poder. Para que a relação “líder x liderado” ocorra de maneira pacífica os detentores de poder buscam um suporte que a torne legítima, ou seja, uma maneira de a sociedade concordar com o que está sendo feito. Às vezes usa-se a violência e o medo, ou também é possível recorrer a algo mais sutil e eficaz: o convencimento.

Uma das estratégias usadas para se alcançar esse convencimento é através da imagem. A importância da imagem e sua teatralização, assim como o uso do poder como palco para se apresentar à sociedade, é uma poderosa ferramenta que acompanha

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Publicidade e Propaganda, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação 9. semestre do curso de Comunicação Social / Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Espírito Santo, email: marcelacamporez@hotmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora adjunta do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, email: janainaleite@hotmail.com.



os detentores de poder desde as grandes monarquias. Os reis já sabiam que era fundamental representarem seus papéis, mesmo sendo soberanos perante o povo, e portanto dispensados do consentimento destes para a continuidade do governo. Ter a sociedade como aliada é muito mais favorável do que ter plenos poderes diante de uma platéia hostil. Após as grandes monarquias, os governos democráticos precisaram ainda mais de se familiarizar com a arte da dramaturgia. A partir do ganho democrático para a população, o poder fica preso à vontade da maioria. O voto é a legitimação da soberania popular, e torna-se assim fundamental para os políticos aparecerem e serem notados. É preciso se destacar frente aos concorrentes, que são muitos.

Representar, no que diz respeito à forma como é abordado neste trabalho, não é o ato de assumir o cargo de outra pessoa e representá-lo, tomar suas funções; mas sim a arte de incorporar um papel, um personagem, transformar-se em um ator que tem a política como palco de seus feitos, e a sociedade sua platéia.

Por detrás de todas as formas de disposição da sociedade e de organização dos poderes, encontra-se, sempre presente, governante de bastidor, a ‘teatrocracia’. Ela regula a vida do dia-a-dia dos homens em coletividade; ela é o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos revogáveis, sucessivos (BALANDIER, 1999, p. 49).

A imagem como ferramenta de persuasão política

Desde o tempo das grandes monarquias⁴, o rei já conhecia a importância de sua imagem perante o povo, e mesmo sem precisar da aprovação da maioria para assumir o poder, sabia que ter a população do seu lado era algo muito positivo, e que lhe dava certa vantagem diante de outros governantes que somente detinham o poder através da força.

Com o passar do tempo e o nascer da democracia, a preocupação com a imagem e o papel a representar tornou-se ainda maior. Em um governo democrático, a população possui direitos e está acima de qualquer detentor de poder. É pelo voto que cada cidadão tem o direito de escolher quem julga ser o melhor a representar seus interesses, dando a ele condições de assumir um cargo. O povo pode – ou deveria poder

⁴ Monarquia é um sistema de se dirigir a res publica, que se centraliza estavelmente numa só pessoa investida de poderes especialíssimos, exatamente monárquicos, que a colocam claramente acima de todo o conjunto dos governados. Por monarquia, portanto, se entende um regime substancial, mas não exclusivamente monopessoal, baseado no consenso, geralmente fundado em bases hereditárias e dotado daquelas atribuições que a tradição define com o termo de soberania. Para se ter um regime monárquico é necessário a existência de uma pessoa estável no vértice da organização estatal com as características de perpetuidade e de irrevogabilidade: o monarca é tal desde o momento de sua elevação ao trono até sua morte, exceto o caso de voluntária abdicação (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1991, p. 776).



– guiar os rumos em que seu país vai caminhar, e nesse caso a representação é sim, idealmente, o ato de falar por outros, de agir de acordo com o que é melhor para o coletivo.

A mudança de um regime político dá-se pela necessidade de transformação e insatisfação social. Quando a monarquia já não era mais suficiente, e as reformas intelectuais, sociais e culturais cresciam pelo mundo, a democracia moderna começou a surgir.

Para podermos compreender o caráter próprio do novo Estado é necessário que nos voltemos para a Revolução Francesa, isto é, para a forma mediante a qual o Estado é repostado pela experiência revolucionária e pelas necessidades da nova sociedade (ROSENFELD, 1989, p. 16).

Rosenfield defende (1989, p. 16) que a revolução é uma experiência de destruição da hierarquia social, política e religiosa vigente, e a implementação de uma nova que agrade os cidadãos. A modernidade é caracterizada por uma transformação das relações humanas e emancipação das relações sociais.

A democracia moderna ganhará um novo rosto, inaugurando um novo sentido do político, ao determinar-se por um espaço de público de discussão, de luta, de negociação e de diálogo. A reunião de todos aqueles que constituem a sociedade numa forma de organização política aberta ao seu aperfeiçoamento dá aos cidadãos um novo sentido da comunidade, não excluindo ninguém, por princípio, dos assuntos políticos (ROSENFELD, 1989, p. 21-32).

É por meio do pluralismo de partidos, de assembleias periodicamente eleitas, por governos escolhidos através do voto e da representação que a democracia representativa ou indireta se caracteriza. “Um povo organizado, estruturado na pluralidade política dos discursos e ações é menos suscetível de adotar a forma de uma ‘massa’ uniforme de indivíduos” (ROSENFELD, 1989, p. 71).

Todo o processo democrático traz consigo ambos os significados de representação. Existe a representação dos políticos pelos interesses da sociedade, e também – e o que mais nos importa -, a representação de papéis feitos pelos políticos para persuadir os cidadãos, ganhando sua confiança e seu voto.

Para compreender a necessidade de se assumir papéis e tratar a política como um palco, é preciso saber as referências dessa lógica. Os reis construíam simbolicamente seus papéis de autoridade mesmo que a monarquia passasse o poder de forma

hereditária, e seus súditos não possuíssem direito algum. Luis XIV, o Rei Sol⁵, tornou-se um mito de sua época, e tinha consciência do poder de sua imagem. Continua sendo tratado até a atualidade como um ícone que soube usar de todas as ferramentas que a época dispunha. “Seria útil olhar Luis como alguém que representava a si mesmo, no sentido de que desempenhava conscientemente o papel de um rei” (BURKE, 1994, p. 16).

Representar o papel de rei era ter destaque e ser reconhecido pelos súditos. A imagem real era divulgada o quanto fosse possível, e os feitos do rei ganhavam destaque nas praças em forma de estátuas. Burke conta (1994, p. 28) que o Rei Sol, assim como diversos outros, gravava seus feitos em medalhas e pinturas, além de posar para centenas de artistas que fizeram seus retratos em diversos momentos da vida. O suntuoso palácio de Versalhes deixava claro o poder do rei. “Um palácio é mais que a soma de suas partes. É um símbolo de seu proprietário, uma extensão de sua personalidade, um meio para sua auto-apresentação” (BURKE, 1994, p. 29).

Este último – Versalhes – em especial, poderia ser visto como uma exposição permanente de imagens do rei. Ali se via Luis por toda parte, até no teto. Quando o relógio instalado em 1706 batia as horas, a estátua do rei aparecia e a Fama descia para coroá-lo com louros (BURKE, 1994, p. 29).

Desde as moedas até as entradas triunfais na cidade - com toda a glória que era possível ter - eram parte de uma estratégia para mostrar o rei, exibi-lo para que seus súditos, além de conhecê-lo, conhecessem seu poder e força.

Quanto à função da imagem, ela não visava, de modo geral, a fornecer uma cópia reconhecível dos traços do rei, ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar Luis, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir espectadores, ouvintes e leitores de sua grandiosidade (BURKE, 1994, p. 31).

Quanto mais monumentos e imagens o Rei tivesse pela cidade, mais rapidamente ele seria reconhecido pelos demais, porém a forma como ele era representado nas grandes estátuas e quadros também era pensada anteriormente para transmitir exatamente o que era preciso ao povo. A simbologia que a figura do rei trazia era tão grande, que Burke (1994, p. 20) afirma que “dar as costas ao retrato era uma ofensa tão grave quanto dar as costas ao rei”.

⁵ Luis XIV, Rei da França, subiu ao trono em 1643, aos quatro anos de idade, e reinou por 72 anos. Tanto o rei, quanto seus conselheiros tinham grande preocupação com a imagem real. Luis representava tão bem o Estado que lhe foi atribuída a célebre frase ‘O Estado sou eu’, e ficou conhecido como o Rei Sol (BURKE, 1994, p. 15-16).

Nesses retratos solenes, a pessoa é geralmente apresentada em tamanho natural ou até maior, de pé ou sentada no trono. Os olhos do retrato estão acima dos olhos do espectador, para sublinhar sua posição superior. Usa armadura, como símbolo de coragem, ou roupas ricas, como sinal de posição social elevada, e está cercado por objetos associados ao poder e à magnificência – colunas clássicas, cortinas de veludo, etc. A postura e a expressão transmitem dignidade (BURKE, 1994, p. 31).

A conscientização da importância da imagem era fundamental para que os reis agissem de determinada maneira, visando reconhecimento como sendo os grandes ícones que eram: pessoas enviadas por Deus. Essa racionalidade da importância da imagem era proveniente da intelectualidade dos monarcas e de quem estava junto a ele, eram pessoas que já sabiam o que fazer para conseguir a reverência do povo. Burke afirma que (1994, p. 16) “Tanto o rei como seus conselheiros tinham consciência dos métodos pelos quais as pessoas podem ser manipuladas por meio de símbolos”.

Burke (1994, p. 16) conta também que a educação da elite era o diferencial para se enxergar o valor do poder simbólico. “Graças à ênfase dada à retórica na educação das elites da época, seus membros tinham provavelmente mais consciência de técnicas de persuasão do que a maioria de nós, atualmente”.

O uso de técnicas dramáticas para passar uma ideia positiva aos súditos era comum na época. Balandier afirma (1999, p. 20) que a dramaturgia não estava presente apenas no teatro, mas também na direção das Cidades, onde o príncipe ou rei se comportavam como atores políticos determinados a conservar o poder.

Maquiavel, pensando na preocupação dos príncipes em governar da melhor maneira possível, resolve, depois de muito observar alguns governos, escrever um livro que juntasse todas as técnicas para um bom governo. Toda essa preocupação com a imagem, e a representação dos reis fica clara pelos 26 capítulos nos quais, além de como se portar, um rei deve cuidar de suas terras, exércitos, súditos e inimigos. O Príncipe é um guia de ações políticas que foi dado como presente a um príncipe⁶, presente este que foi de grande utilidade tanto naquela época, até a atualidade.

Assim, desejoso de apresentar-me a Vossa Magnificência com alguma prova de minha submissão, nada encontrei, em meu cabedal, que prezasse e estimasse tanto quanto o entendimento das ações dos grandes personagens, o qual adquiri na detida observação dos episódios modernos e na leitura incessante dos antigos episódios sobre os quais longamente e com grande

⁶ Maquiavel presenteou o livro a Lourenço, Duque de Urbino, em 1492 (MAQUIAVEL, 1998, p. 131).



atenção meditei, para ora condensá-los num pequeno volume que a Vossa Magnificência remeto (MAQUIAVEL, 1998, p. 3).

O mais curioso do livro é que cada capítulo aborda um tema de interesse do príncipe para continuar com o poder em suas mãos. São táticas de como se posicionar perante diversas situações que poderiam acontecer nas cidades. Maquiavel garante (1998 p.6) que, por exemplo, é muito mais fácil governar quando o principado é hereditário, do que se for um novo Estado, porque os príncipes naturais são mais benquistos pelo povo do que os príncipes que tomam o poder de Estados através de lutas, começando um governo através da guerra e do sangue.

Os principados mistos – ou novos – podem vir acompanhados de certa dificuldade no início, já que é um novo representante, uma nova figura para os cidadãos associarem como detentor do poder. Para que não haja nenhum tipo de conflito, o novo governante não deve passar por cima da cultura ou costumes que já existem no local, porque uma mudança radical no cotidiano das pessoas pode trazer insatisfação da maioria.

Para possuí-los de forma segura, basta haver-se extinto a estirpe do Príncipe que o dominava, pois que, quanto ao mais, mantendo-se os seus antigos privilégios e não havendo alteração nos costumes, os homens viverão pacificamente (MAQUIAVEL, 1998, p. 8-9).

As representações do soberano incluem sua própria personalidade. Uma pessoa pode não ser exatamente o que ela representa, mas deve aparentar ser o que desejam que ela seja. Maquiavel deixa claro (1998, p. 86) que “A um príncipe, portanto, não é necessário que de fato possua todas as qualidades, é necessário porém, e muito, que ele pareça possuí-las”, o que retoma a idéia de verossimilhança defendida pelos sofistas, e apresentada no capítulo anterior. O ator deve deixar transparecer seu papel principal para sua audiência, mesmo que não seja completamente real, e nesse caso, um Rei deve ser exatamente como seus súditos imaginam ser um bom rei, não a pessoa por trás da coroa que ele realmente é.

Além da sabedoria sobre sua imagem, um bom príncipe também deve conhecer o máximo possível as terras em que vive. O Estado em si é vivo, e precisa de cuidados. Um bom governante deve saber o que seu Estado possui e o que anseia; o que acontece no mais profundo canto da sociedade, para que se for algo maléfico, acabar com o problema na primeira oportunidade. Se um governante não sabe o que se passa dentro



de seu regime, outras pessoas podem se aproveitar dessa fraqueza e tomar o poder para si. Um príncipe deve estar sempre preparado.

Assim acontece com a vida de um Estado: conhecendo-se com antecedência os males que nascem em seu interior, estes são sanados sem tardança; mas quando, por não haverem sido reconhecidos a tempo, negligencia-se o seu crescimento até o ponto em que qualquer um possa percebê-los, contra eles não há mais remédio (MAQUIAVEL, 1998, p. 13).

Uma boa relação com os súditos está envolvida em ações físicas e psicológicas. Compreender o que eles necessitam, e entrar no imaginário deles é de extrema importância para manter a aparência intacta de um rei. Não adianta somente pegar em armas ou usar a lógica para conquistar a simpatia do povo, é preciso criar um mundo em que eles acreditem.

O poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada; o poder iluminado apenas pela luz da razão teria pouca credibilidade. Não consegue manter-se nem pela autoridade brutal, nem apenas pela justificação racional. Não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagem, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial (BALANDIER, 1999, p. 22).

A idéia de grandiosidade dos reis acompanha o que Balandier afirma (1999, p. 25) que “as manifestações de poder não se dão bem com a simplicidade”, elas precisam ser grandes, ostentar a riqueza pela qual está cercada, para assim marcar seu domínio na história, expor seus valores e reafirmar sua força. Deve ser lembrada como grande.

A monarquia de Luis XIV mostra-se, diz-se, glorifica-se no palácio de Versalhes que se constrói, e na ópera que se constitui como drama lírico. Cada ‘reinado’, mesmo republicano, marca de uma maneira nova um território, uma cidade, um espaço público. Arranja, modifica e organiza, segundo as exigências das relações econômicas e sociais, das quais é o guardião, mas também para não ser apagado pelo esquecimento e para criar as condições das suas comemorações futuras (BALANDIER, 1999, p. 26).

Toda a estrutura que envolve o poder forma uma narrativa; é uma linguagem própria que enuncia o poder de acordo com as circunstâncias da época. De acordo com Balandier (1999, p. 29) “A linguagem do poder contribui necessariamente para tornar manifestas as diferenças sociais, em primeiro lugar as que separam os governantes dos governados”.

Por mais próximo que o rei pareça estar de seus súditos, ele também deixa claro a diferença existente entre eles, e que o detentor de poder, o escolhido por Deus, não pode ser comparado aos seus cidadãos. O simbolismo presente na figura do rei, e sua encenação diante do povo, conseguem transbordar as portas do palácio e chega às ruas. Diversos acontecimentos sociais também fazem parte do espetáculo real, como os jogos, solenidades da corte, e até mesmo a parte repressiva do regime, que realiza execuções de homens condenados em forma de show. Dramatizar a morte de alguém que não cumpriu as regras da Coroa torna a situação mais sombria e educa os demais a não cometerem os mesmos erros, é uma maneira de exemplificar o mais real possível as consequências sofridas por quem desafia o rei.

Progressivamente o poder põe-se em palco, incluindo a sua forma repressiva no momento das execuções capitais, no decorrer das quais é exposta a hierarquização social, e o ‘exemplo’ é convertido em espetáculo (BALANDIER, 1999, p. 36).

Outro personagem que se destaca dentro da corte, e junto ao Rei, é o bobo da corte. A figura do Bobo acompanha o sarcasmo e o exótico desde as sociedades antigas, e Balandier o classifica (1999, p.52) como “Rei dos vagabundos, rei do Carnaval, rei respeitado e desprezado”. O Bobo representou tão bem seu papel que até hoje encontramos sua imagem nas cartas de baralho e de Tarot, como o desconsertador da ordem que ele é.

É no jogo de Tarot que ela recebe o seu significado mais rico: tolo, mendigo escandaloso, vagabundo trazendo um cinto de outro evocando o zodíaco, avançando em direção a um horizonte onde se vislumbra uma indicação de caos. Esta carta joga nas aparências e na realidade escondida, na ordem e na desordem; não lhe é atribuída qualquer posição fixa, pode situar-se onde quer que seja, ela ‘erra’, desordena e ordena o curso do jogo (BALANDIER, 1999, p. 52).

O Bobo é uma figura que extrapola, ele usa o cômico, os exageros, para criar sua própria narrativa. Dentro do seu caos existe uma ordem. Ao detalhar as características do personagem, Balandier (1999, p. 52) relata que as pessoas não conseguem resistir ao seu espetáculo, e que seus excessos quebram as censuras formando um novo ritual, que não é confundido com algo profano ou sem razão de ser.

O Bobo torna-se muito importante no contexto histórico monárquico porque, acima de tudo ele representa o oposto do que o regime deseja representar. Ele é o escape do real. “Ele aparece para denunciar e dar a conhecer aos poderosos, mas ele é limitado



pelo papel que o seu personagem lhe impõe, só a sua palavra é livre” (BALANDIER, 1999, p. 59).

Ele é o responsável por diminuir os limites entre a realeza e o social, e revela o que está escondido por meio da sátira e do incomum. Balandier (1999, p. 61) diz que o Bobo é quem mostra ao príncipe as armadilhas do peso do poder. “Ele demonstra através da prova inversa, que a força das aparências é uma parte da força dos governantes” (BALANDIER, 1999, p. 56).

A pista, a cena, o ecrã⁷ apresentam também, os personagens que perturbam a lógica social, contradizem as convenções e a moral comum, revelam o escondido através do exagero e da farsa (BALANDIER, 1999, p. 61).

Os primeiros Bobos a aparecerem ainda na Antiguidade, na Pérsia, em Suso e em Ecbatane, e no Egito. Nessa época já é possível encontrar pinturas antigas com pessoas ricas acompanhadas de personagens mascarados. A tradição continua na Grécia e Roma, onde os bobos deveriam ‘fazer rir’ os poderosos durante as refeições. A partir desse momento também foram vistos na França durante a Idade Média, já permanecendo ao lado dos príncipes e reis no meio da instituição política (BALANDIER, 1999, p. 53).

Mas é apenas no Séc. XIV que a função do Bobo se torna um ofício específico levado em conta no orçamento do Rei; o primeiro a ocupar este cargo parece ter sido Geoffroy na corte de Filipe V. A partir desse momento todos os reis tiveram os seus Bobos particulares escolhidos entre numerosos pretendentes (BALANDIER, 1999, p. 53).

Como os reis passaram a exigir a presença de um Bobo, Balandier afirma (1999, p. 54) que a sucessão dos bobos da corte era tão repleta de minúcias como a dos próprios reis. Suas roupas eram repletas de simbolismo, e por mais que cada um tivesse liberdade de escolher seu traje, eles tipicamente trajavam um colete e uma calça justa com bicos cortados, um cinto para colocar sua espada de madeira e um chapéu pontiagudo com dois bicos laterais remetendo a orelhas de burro. Para completar, andava com um bastão nas mãos, seu cetro.

Ele é rei, mas em paródia, até nas delicadezas que lhe permitem tratar o rei por ‘seu primo’. Face ao poder majestoso de ele representa o poder grotesco, e por isso mesmo, abole a

⁷ Termo usado em Portugal para designar “tela” ou lugar em que se projetam imagens. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx?pal=ecr%E3>. Acessado em 15-06-2011 às 10:28 hrs.



possibilidade de conceber uma alternativa aceitável (BALANDIER, 1999, p. 54).

Para ser Bobo eram necessários diversos conhecimentos como música, instrumentos, composição de versos e poemas, além de humor e habilidade para reportar histórias. Muitos recebiam treinamento de ex-bobos, como o famoso Triboulet. A dualidade entre o grotesco e o culto era constante.

Toda a formação do Bobo é concebida segundo o registro dos contrastes. A sua natureza situa-o do lado da fealdade dos animais e dos monstros, mas ele adquire técnicas corporais – o seu corpo torna-se uma linguagem, a sua aparência faz com que seja considerado um imbecil, mas adquire certa maestria na utilização das palavras – a palavra é a sua ferramenta (BALANDIER, 1999, p. 55).

Com o passar do tempo, as mudanças na sociedade, e a difusão da democracia, a necessidade de ser visto cresce ainda mais. Os reis representavam seus próprios papéis para serem conhecidos e temidos, e os políticos deram continuidade à representação para se tornarem o personagem que a sociedade anseia. No palco da democracia, ser visto é fundamental para alcançar o poder.

As novas técnicas trouxeram meios mais poderosos para a dramaturgia democrática: os meios dos media, da propaganda e das sondagens políticas. Reforçam a produção das aparências, ligam o destino das pessoas de poder à qualidade de sua imagem pública tanto quanto às suas obras. Denuncia-se então a transformação do Estado em ‘Estado Espetáculo’, em teatro de ilusão (BALANDIER, 1999, p. 23).

Com o pluripartidarismo e o número crescente de candidatos concorrendo a uma vaga, somente os bons atores conseguem chegar até o público. “O jogo da democracia é o jogo da competição” (GOMES, 2000, p. 13).

Durante as eleições, momento em que a dramatização aumenta e o palco político vem à tona, os candidatos se esforçam para destacar-se. Para Gomes (2000, p. 13) a campanha eleitoral é o momento mais importante para o processo eleitoral democrático, e citando Schwartzberg (2000, p. 41), a autora diz que em outros tempos, política eram idéias, e que hoje são pessoas, ou melhor, personagens.

A fabricação de personagens é constante no processo democrático, e Gomes (2000, p. 44-45) indica sete passos importantes para a construção de uma boa imagem pública: primeiro é preciso ter um candidato bem apresentado, carismático e que cumpra os requisitos exatos que o segmento da população a quem se dirige deseja de seu representante. Começando por esse passo podemos analisar o começo da criação de



um personagem. O candidato molda-se ao gosto da sociedade, e não se assume do jeito que realmente é.

O segundo passo diz respeito à preparação de uma campanha publicitária que torne o candidato familiar ao seu eleitorado, ou seja, deve-se criar laços que os aproxime e deixe o eleitor reconhecê-lo. O próximo passo é dar destaque aos momentos significativos do candidato no meio político, mostrando sua contribuição com o meio. O quarto item é a seleção de promessas ou benefícios que o eleitor vai alcançar, caso vote no candidato.

O quinto passo é estabelecer um posicionamento e situar-se de forma estratégica dentro de determinadas linhas de pensamento que o definam. Depois, é preciso divulgar as qualidades e atributos para os eleitores da melhor forma possível. O último passo é cuidar da apresentação pessoal do candidato em suas aparições públicas, para que sempre esteja de acordo com a imagem que quer formar.

Por meio de todos esses métodos, é possível perceber a importância de saber o que o eleitorado deseja, para assim, direcionar todo o perfil do candidato para esse lado. Seus gostos, qualidades, roupas e trajetórias são de grande importância, e quanto maior for a distância entre sua personalidade e aquilo que ele deseja representar, mais complexa se torna a persuasão ao eleitorado. “Também é de se levar em conta que, quanto mais personalidade tem o partido ou o candidato, mais simples será o trabalho para transformar sua imagem e vice-versa” (GOMES, 2000, p. 45).

Também se destaca na sociedade pós-moderna, o uso da mídia para a difusão da imagem de um candidato. Tendo à disposição a televisão, o rádio e outros meios de comunicação, é possível alcançar um número muito maior de eleitores, e quanto maior esse número, mais difundida a mensagem política será. “Sem a televisão, o rádio, a imprensa de grande distribuição, a dramatização da democracia perderia a sua dimensão nacional: ela seria conduzida, sobretudo nos múltiplos palcos locais” (BALANDIER, 1999, p. 99).

A multiplicação e a difusão dos media modernos modificaram profundamente o modo de produção das imagens políticas. Podem ser fabricadas em grande número, por ocasião de acontecimentos ou circunstâncias que não tem necessariamente um caráter excepcional. Adquirem, graças aos meios audiovisuais, à imprensa ilustrada e ao reclame, uma força de irrupção e uma presença que não se encontra em nenhuma das sociedades do passado (BALANDIER, 1999, p. 97).



Balandier deixa claro que (1999, p. 22-23) a democracia não depende da convivência de deuses ou do respeito da tradição, e sim da arte da persuasão, do debate e da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado com o representante. Assim, compreendemos que o poder está cercado pelo drama, pelas representações, pela mágica do teatro. É através desse mundo fictício que são construídos os papéis em quem os políticos se moldam e querem que acreditemos.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 3. ed. Brasília: Ed. Linha gráfica, 1991.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Ed. J. Zahar, 1994. p. 13-50.

GOMES, Neusa D. **Formas persuasivas de comunicação política**: propaganda política e publicidade eleitoral. Porto Alegre: Ed. Edipucrs, 2000.

MAQUIAVEL, Nicoló di Bernardo dei. **O príncipe**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1998.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.